



GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA

Professor

Antonio Anastasia

Encontros remotos

06 de fevereiro – 19h00
às 21h30

Encontros presenciais

14 de fevereiro – 17h00
às 20h30

15 de fevereiro – 08h30
às 16

Ementa

Este curso pretende apresentar ao aluno uma visão panorâmica e concreta da gestão pública no Brasil e alguns de seus condicionantes ou limitadores. Para tanto, serão discutidos os seguintes tópicos: Evolução e Reformas da Administração Pública. A Nova Administração Pública. Administração Pública Gerencial. Novos Instrumentos de Gestão Pública. Planejamento Estratégico e Gestão para Resultados no Setor Público. Desafios do Controle nas Novas Formas de Governança. Gestão Participativa e Inclusiva. Participação Social e Interações entre Diferentes Atores no Desenvolvimento de Políticas Públicas. Desafios contemporâneos da gestão pública. Controle e segurança jurídica.

Objetivos de aprendizagem

O objetivo da disciplina é compreender a relação entre as políticas públicas e a evolução da administração pública por meio de situações concretas, identificando soluções para conflitos administrativos mediante novas formas de ação administrativa.

Metodologia de Ensino e Avaliação

O curso será ministrado em aulas expositivas, com o uso de ferramentas disponíveis, como powerpoint, incentivando-se o debate.

A avaliação estará assim dividida: 7 pontos avaliação final; 3 pontos exercício em sala de aula.

A nota mínima para aprovação é 6 pontos.

Para ser aprovado, é necessário obter um aproveitamento de pelo menos 60% e ter uma presença mínima de 75%.

Míni currículo do docente

Antonio Augusto Anastasia: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985). Foi Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG de 1993 a 2022. Atualmente é Professor da FGV, do IDP, da UNIPAC e do IMEPAC. Foi Secretário-Executivo dos Ministérios do Trabalho e da Justiça de 1995 a 2001; Secretário de Estado de diversas pastas no Governo de Minas Gerais; Vice-Governador do Estado de Minas Gerais de 2007 a 2010; Governador do Estado de Minas Gerais de 2010 a 2014; Senador da República por Minas Gerais de 2015 a 2022. Atualmente é Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2022.



Encontro I (remoto) - 06 de Fevereiro (19h00 às 21h30)

Gestão pública no Brasil; A nova administração pública, gestão empreendedora e política de resultados; Novos Instrumentos de Gestão Pública;

Leituras Obrigatórias

- CORRÊA, Izabela Moreira. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 3, p. 487-504, 2007.
 - DE PAULA, Ana Paula Paes. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. RAE-revista de administração de empresas, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005
 - LONCAN Filho, René Tradutor. "Gerenciando a alta administração pública: uma pesquisa em países da OCDE." ENAP, 1999.
 - ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de administração pública, v. 41, p. 67-86, 2007
 - ANASTASIA, Antônio A. Antecedentes e origem do choque de gestão. In: VILHENA, Renata; MARTINS, H; MARINI, C.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). O choque de gestão em 15 Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
 - BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado". 1996.
-

Leituras Complementares

- DUARTE, Kênnya; LEMOS, Carolina; MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. Acordo de Resultados. In: VILHENA, Renata; MARTINS, H.; MARINI, C.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). O choque de gestão em Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
 - POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 3, p. 7-31, 2014
 - MARTINS, Humberto Falcão. Burocracia e a revolução gerencial — a persistência da dicotomia entre política e administração. Revista do Serviço Público, v. 48, n. 1, p. 42-78, 2014
 - MANNING, Nick. "The legacy of new public management in developing countries." International Review of Administrative Sciences 67.2 (2001): 297-312.
-



Encontro II (presencial) - 14 de Fevereiro (sexta): 17h00 às 20h30

Políticas públicas e resultados, execução participativa de meios administrativos.

Leituras Obrigatórias

- BOVENS, Mark, Robert E. Goodin, and Thomas Schillemans, eds. The Oxford handbook of public accountability, Capítulo 1, OUP Oxford, 2014,

- CASAGRANDE, Renato; FREITAS FILHO, Roberto. O problema do tempo decisório nas políticas públicas. Revista de Informação Legislativa, v. 47, n. 187, p. 21-34, 2010.

Leituras Complementares

- MILANI, Carlos RS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

- PIRES, Maria Coeli Simões. "Concepção, financiamento e execução de políticas públicas no estado democrático de direito." Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte 39.2 (2001): 141-192.

Encontro III (presencial) - 15 de Fevereiro (sábado): 08h30 às 16h30

Governança e gestão pública em face das exigências da sociedade, eficiência e governos; Controle e segurança jurídica.

Leituras Obrigatórias

- FALCÃO-MARTINS, Humberto e MARINI, Caio. 2014. Governança pública contemporânea – uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, edição nº 130.

Leituras Complementares

- SIMÃO, Valdir et alli. 2020. “Manual de sobrevivência do administrador público – 10 passos para a excelência da sua gestão”. Trevisan, São Paulo.

- MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; FREITAS, Rafael Vêras de. Comentários à Lei nº 13.655/2018 (Lei da Segurança para a Inovação Pública). Belo Horizonte: Fórum, 2019.

- SUNDFELD, Carlos Ari. Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União. São Paulo: FGV, 2021.
